



Rev. Dr. Marcos Roberto Inhauser

Fone: (0XX19) 2121 5853 escrit. / 99798 6955 cel

www.inhauser.com.br / marcos@inhauser.com.br

www.pastoralia.com.br

TEXTO PUBLICADO NA COLUNA SEMANAL NO CORREIO POPULAR

A FARRA DO DINHEIRO PÚBLICO

Marcos Roberto Inhauser

Estranhas sensações tive esta semana. Por imposição legal, fiz meu imposto de renda e me dei conta da mordida do leão na fonte. Não foi imposto sobre a renda, mas sobre o salário. Como diz meu genro, hora de fazer imposto de renda é hora de ficar irritado.

Na mesma semana ouço e leio as notícias. O escândalo dos cartões corporativos, o reitor da UNB com a decoração do seu apartamento, a ministra comprando no duty-free com o dinheiro público, o outro pagando estadias da família em hotel cinco estrelas, o outro reitor que comprou cosméticos e eletrônicos com o cartão, e aí vai a coisa.

Recebo e-mail de fonte confiável me contando do aumento dos gastos com o Gabinete da Presidência, tanto no pagamento de um número crescente de assessores diretos, quanto nas despesas sigilosas que nós que as pagamos não podemos conhecê-las, sob a alegação do sigilo e segurança do presidente, família e filhos. Ela saltou de R\$ 38,4 milhões em 1995 para R\$ 372,8 milhões (R\$ 1,5 milhões por dia útil de trabalho) em 2004. No governo do Itamar Franco havia 1,8 mil funcionários no Planalto. No do Lula saltou para 3,3 mil. Ele ainda assinou o decreto número 5.087, aumentando de 27 para 55 seus assessores especiais diretos.

Ouçó da indisponibilização dos bens da Fundação Renascer e do Bispo Deputado José Bruno (DEM), primaz da Igreja Renascer em Cristo. Segundo a Procuradoria e a AGU a Fundação Renascer e o deputado devem ser condenados a devolver aos cofres públicos R\$ 1.923.173,95 recebidos do governo federal, em 2003 e 2004 para implementar dois convênios de alfabetização do programa Brasil Alfabetizado. Pela denúncia, a Fundação Renascer, à época presidida pelo bispo José Bruno, não prestou contas sobre como gastou os recursos dos convênios que deveriam ter alfabetizado 23 mil pessoas. A falta de recibos, notas fiscais e a recusa de Bruno em atender à fiscalização evidenciam que cometeram improbidade administrativa.

Ouçó ainda que os torturados, presos e perseguidos políticos do Regime Militar estão recebendo indenizações e pensões. E que os que tais atos cometeram e que agora, aposentados, na negociação do aumento do soldo, querem recebê-lo integral como se na ativa estivessem. Eles cometeram os atos que agora temos que pagar e ainda querem aposentadoria integral que nós que os sustentamos com nossos suados impostos não temos.

É a farra com o dinheiro público!!!!